

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**LEI 14.133/2021**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2025**

Aos 06 dia do mês de maio do ano de 2025, a **Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú – MA**, inscrita no CNPJ nº 06.477.822/0001-44, com sede na Rua Seroa da Mota, nº 414, Centro, Barão de Grajaú – MA, doravante denominada **Órgão Gerenciador**, neste ato representado por seu Pregoeiro Oficial, o Sr. **Raylan Moreira da Fonseca**, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

**RAZÃO SOCIAL: SUPERAVIT EMPREENDIMENTOS LTDA**

**CNPJ: 48.623.239/0001-44**

**ENDEREÇO: RUA G, QUADRA: J - RESIDENCIAL PRIMAVERA, 5 - TURU, SAO LUIS - MA - 65066-626**

**REPRESENTANTE LEGAL: JOSE INACIO CANTANHEDE SILVA JULIO**, conforme classificação no Pregão Eletrônico nº 011/2025 – SRP, cujo objeto é o **registro de preços para eventual e futura contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de reforma de estradas vicinais**, tudo conforme especificações do Termo de Referência/Projeto Básico e condições constantes no Edital, que passa a fazer parte integrante desta Ata, regida pela **Lei nº 14.133/2021**.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto desta Ata o registro de preços para contratação futura dos serviços de **reforma de estradas vicinais**, conforme itens e quantitativos constantes na proposta vencedora e nos documentos que integram o processo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

Esta ata de registro de preços poderá ser utilizada por outros órgãos ou entidades da administração pública que tenham participado do certame na condição de **órgãos participantes**, conforme previsto no edital.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

A presente Ata terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser revogada antes do prazo por razões de interesse público, devidamente motivadas.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES**

Os preços registrados estão indicados na proposta vencedora, conforme planilha anexa, com valor global estimado de R\$ 7.622.607,00 (Sete Milhões seiscentos e vinte e dois mil seiscentos e sete reais), sendo:

**LOTE I:**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RASPAGEM DE RAMAIS DE ESTRADA, NO MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ - MA.								
LOTE 1, Extensão: 141,860								
REFERÊNCIA: SINAPI MA 12/24								
BDI: 29,89%								
ORÇAMENTO SINTÉTICO - RAMAIS								
ITEM	REF	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (SEM BDI)	PREÇO UNITÁRIO (COM BDI)	PREÇO TOTAL (R\$)	
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 13.697,82	
1.1	SINAPI 103689	Piça de obra em chapé aço galvanizado, instalada	MP	31,50	338,53	434,84	R\$ 13.697,82	
2.0		ADMINISTRAÇÃO DA OBRA					R\$ 11.496,46	
2.1	SINAPI 93967	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	60,00	75,76	98,25	R\$ 5.896,04	
2.2	SINAPI 90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120,00	19,98	25,88	R\$ 3.105,42	
2.3	SINAPI 100289	VIGIA DIURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120,00	15,48	20,08	R\$ 2.409,00	
3.0		RAMAIS DE ESTRADAS					R\$ 3.624.523,00	
3		RASPAGEM DE RAMAIS DE ESTRADAS					R\$ 3.624.523,00	
3.1	CPU-2	REGULARIZAÇÃO DE SUB-LEITO	M2	709.300,00	1,97	2,86	R\$ 2.029.732,98	
3.2	CPU-1	RASPAGEM MECÂNICA DE ESTRADA	M2	709.300,00	1,73	2,25	R\$ 1.594.790,02	
					<b>TOTAL COM BDI ==&gt; R\$ 3.643.530,0 (três milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos e trinta reais)</b>			

LOTE II:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RASPAGEM DE RAMAIS DE ESTRADA, NO MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ - MA							
LOTE 2. Extensão: 150,382 km							
REFERÊNCIA: SINAPI MA 12/24							
BDI: 29,31%							
ORÇAMENTO SINTÉTICO - RAMAIS							
ITEM	REF	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (SEM BDI)	PREÇO UNITÁRIO (COM BDI)	PREÇO TOTAL (R\$)
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 17.000,42
1.1	SINAPI 103689	Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada	MF	31,50	417,37	539,70	R\$ 17.000,42
2.0		ADMINISTRAÇÃO DA OBRA					R\$ 13.434,50
2.1	SINAPI 93567	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	60,00	89,25	115,41	R\$ 6.924,61
2.2	SINAPI 90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120,00	23,54	30,44	R\$ 3.652,47
2.3	SINAPI 100289	VIGIA DIURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120,00	18,41	23,81	R\$ 2.857,42
3.0		RAMAIS DE ESTRADAS					R\$ 3.942.542,07
3		RASPAGEM DE RAMAIS DE ESTRADAS					R\$ 3.942.542,07
3.1	GPU-2	REGULARIZAÇÃO DE SUB-LEITO	M2	709.300,00	2,29	2,96	R\$ 2.096.570,26
3.2	GPU-1	RASPAGEM MECÂNICA DE ESTRADA	M2	709.300,00	2,01	2,60	R\$ 1.845.971,81
TOTAL COM BDI ==>							R\$ 3.972.977,00 (três milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos e trinta reais)

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

O fornecimento dos serviços será realizado conforme necessidade da Administração, mediante **emissão de Ordem de Serviço**, respeitados os prazos, condições e especificações constantes na Ata e na proposta.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES**

O não cumprimento das obrigações previstas sujeitará a empresa às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive **advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública**, e declaração de inidoneidade.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO**

O registro de preços poderá ser cancelado de ofício ou mediante solicitação da empresa nas hipóteses previstas no art. 88 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA OITAVA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de **Floriano – PI**, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes desta Ata.

**E, por estarem assim acordadas, firmam a presente Ata de Registro de Preços em duas vias de igual teor e forma.**

Barão de Grajaú – MA, 06 de maio de 2025.

**Raylan Moreira da Fonseca**  
Pregoeiro Oficial  
Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú – MA

**JOSE INACIO CANTANHEDE SILVA JULIO**  
Sócio Administrado  
**SUPERAVIT EMPREENDIMENTOS LTDA**

ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
CNPJ: 06.477.822/0001-44

## CONTRATO Nº 064/2025

COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.233/2021



### PROCESSO DE ORIGEM

PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2025  
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 040/2025



### OBJETO CONTRATUAL

Registro de preço para eventual e futura contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de reforma de estradas vicinais



### VALOR CONTRATUAL

R\$ 7.622.607,00 (Sete milhões seiscentos e vinte e dois mil seiscentos e sete reais)



### VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: 09/05/2025  
FINAL: 09/05/2025



### DADOS DO CONTRATANTE:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA CNPJ nº 06.477.822/0001-44  
Nome Responsável: José Nilton Pereira da Silva, CPF nº 693.485.963-49



### DADOS DO CONTRATADO:

SUPERAVIT EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 48.623.239/0001-44  
RUA G, QUADRA: J - RESIDENCIAL PRIMAVERA, 5 - TURU, SAO LUIS - MA - 65066-626  
JOSE INACIO CANTANHEDE SILVA JULIO, CPF nº 009.846.453-14



### FISCAL DO CONTRATO

RUTH OTAMÁRIA DA SILVA AIRES.

### PREÂMBULO

Aos 09 de maio de 2025, a Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú – MA., através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, inscrita no CNPJ nº 06.477.822/0001-44 em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)



FLS. Nº 395  
PROC. Nº 040/2025  
RUBRICA: 6

ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
CNPJ: 06.477.822/0001-44

1.1 – O presente instrumento tem por objeto contratação de empresa especializada nos serviços de reforma de estradas vicinais, de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)**

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ 7.622.607,00 (Sete milhões seiscentos e vinte e dois mil seiscentos e sete reais), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

Lote:	Quantidade:	Unidade:	Marca:	Modelo:	Preço Unitário: R\$	Valor Total:
1	1,00	UND	SERVIÇO	SERVIÇO	3.649.630,00	R\$3.649.630,00
Descrição: LOTE 1 (141,86km - RODAGEM/CORRENTE/CORDA/MADRE DE DEUS/MANGA).						
2	1,00	UND	SERVIÇO	SERVIÇO	3.972.977,00	R\$3.972.977,00
Descrição: LOTE 2 (150,362km BARREIRO/RASPADOR/SUCURUJU/LAMEIRÃO)						
						Total: R\$ 7.622.607,00

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de 09/05/2025 e encerramento em 09/05/2025, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da

ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
CNPJ: 06.477.822/0001-44

manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)**

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



FLS. Nº 397  
PROC. Nº 0240/2025  
RUBRICA: 10

ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
CNPJ: 06.477.822/0001-44

- 7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.
- 7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Secretaria Municipal de Infraestrutura

**PROJETO / ATIVIDADE:** Construção, Recuperação de Estradas Vicinais, Pontes, Bueiros e Galerias.

**FONTE DE RECURSO:** 1.700

**NATUREZA DA DESPESA:** 4.4.90.51.00 Obras e Instalações.



FLS. Nº 398

PROC. Nº 040/2025

RUBRICA: 10

ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
CNPJ: 06.477.822/0001-44

**FICHA:** 325**VALOR:** R\$ 7.729.328,72.**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Secretaria Municipal de Infraestrutura**PROJETO / ATIVIDADE:** Construção, Recuperação de Estradas Vicinais, Pontes, Bueiros e Galerias.**FONTE DE RECURSO:** 1.701**NATUREZA DA DESPESA:** 4.4.90.51.00 Obras e Instalações.**FICHA:** 327**VALOR:** R\$ 7.729.328,72.**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Secretaria Municipal de Infraestrutura**PROJETO / ATIVIDADE:** Construção, Recuperação de Estradas Vicinais, Pontes, Bueiros e Galerias.**FONTE DE RECURSO:** 1.500**NATUREZA DA DESPESA:** 4.4.90.51.00 Obras e Instalações.**VALOR:** R\$ 7.729.328,72.

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
CNPJ: 06.477.822/0001-44

- 9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- 9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.
- 10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por

ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
CNPJ: 06.477.822/0001-44

- todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;
- 10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
- 10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**
- 11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
CNPJ: 06.477.822/0001-44

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**



FLS. Nº 402

PROC. Nº 0910.2026

RUBRICA: 16

ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
CNPJ: 06.477.822/0001-44

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo

justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

- i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.
  - a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Rua Seroa da Mota. 414. Centro. Barão de Grajaú – MA. CEP. 65660-000



FLS. Nº 403  
PROC. Nº 040/2026  
RUBRICA: lo

ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
CNPJ: 06.477.822/0001-44

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.



FLS. Nº 404  
PROC. Nº 040/2025  
RUBRICA: lo

ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
CNPJ: 06.477.822/0001-44

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1 – Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO**

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Barão de Grajaú, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



FLS. Nº 205  
PROC. Nº 040/2025  
RUBRICA: le

ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAU**  
CNPJ: 06.477.822/0001-44

Barão de Grajaú – MA, 09 de maio de 2025.

**ASSINATURAS**

**PELA CONTRATANTE**

**PELA CONTRATADA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

**CNPJ nº 06.477.822/0001-44**

**José Nilton Pereira da Silva**

**CPF nº 693.485.963-49**

**SUPERAVIT  
EMPREENDIMENTOS  
LTDA:48623239000144**

Assinado de forma digital por  
SUPERAVIT EMPREENDIMENTOS  
LTDA:48623239000144  
Dados: 2025.05.09 15:06:02 -03'00'

**SUPERAVIT EMPREENDIMENTOS LTDA**

**CNPJ nº 48.623.239/0001-44**

**JOSE INACIO CANTANHEDE SILVA JULIO**

**CPF nº 009.846.453-14**

**TESTEMUNHAS**

\_\_\_\_\_  
NOME:

\_\_\_\_\_  
NOME:



ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº017/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
LEI 14.133/2021  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2025FLS. Nº 406  
PROC. Nº 040/2025  
RUBRICA: 20

Aos 06 dia do mês de maio do ano de 2025, a Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú – MA, inscrita no CNPJ nº 06.477.822/0001-44, com sede na Rua Seroa da Mota, nº 414, Centro, Barão de Grajaú – MA, doravante denominada **Órgão Gerenciador**, neste ato representado por seu Pregoeiro Oficial, o Sr. **Raylan Moreira da Fonseca**, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

**RAZÃO SOCIAL: SUPERAVIT EMPREENDIMENTOS LTDA****CNPJ: 48.623.239/0001-44****ENDEREÇO: RUA G, QUADRA: J - RESIDENCIAL PRIMAVERA, 5 - TURU, SAO LUIS - MA - 65066-626****REPRESENTANTE LEGAL: JOSE INACIO CANTANHEDE SILVA JULIO**

conforme classificação no Pregão Eletrônico nº 011/2025 – SRP, cujo objeto é o **registro de preços para eventual e futura contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de reforma de estradas vicinais**, tudo conforme especificações do Termo de Referência/Projeto Básico e condições constantes no Edital, que passa a fazer parte integrante desta Ata, regida pela **Lei nº 14.133/2021**.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto desta Ata o registro de preços para contratação futura dos serviços de **reforma de estradas vicinais**, conforme itens e quantitativos constantes na proposta vencedora e nos documentos que integram o processo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

Esta ata de registro de preços poderá ser utilizada por outros órgãos ou entidades da administração pública que tenham participado do certame na condição de **órgãos participantes**, conforme previsto no edital.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

A presente Ata terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser revogada antes do prazo por razões de interesse público, devidamente motivadas.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES**

Os preços registrados estão indicados na proposta vencedora, conforme planilha anexa, com valor global estimado de R\$ 7.622.607,00 (Sete Milhões seiscentos e vinte e dois mil seiscentos e sete reais), sendo:

LOTE 1 Extensão: 141,86 km							
REFERÊNCIA: SINAPI MA 1204							
BDE: 29,99%							
ORÇAMENTO SINÉTICO - RAMAIS							
ITEM	REF	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (SEM BDI)	PREÇO UNITÁRIO (COM BDI)	PREÇO TOTAL (R\$)
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 13.997,62
1.1	SINAPI 1030 90	Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada	M²	31,50	338,53	434,84	R\$ 13.997,62
2.0		ADMINISTRAÇÃO DA OBRA					R\$ 11.408,66
2.1	SINAPI 0307	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLANO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	80,00	15,78	20,25	R\$ 5.805,04
2.2	SINAPI 0776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120,00	19,08	25,86	R\$ 3.105,62
2.3	SINAPI 1002 80	VIGIA DIURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120,00	15,48	20,08	R\$ 2.409,00
3.0		RAMAIS DE ESTRADAS					R\$ 3.824,63
3		RASPAGEM DE RAMAIS DE ESTRADAS					R\$ 3.824,63
3.1	CRU-2	REGULARIZAÇÃO DE SUBLEITO	M2	709.300,00	1,97	2,80	R\$ 2.029.732,86
3.2	CRU-1	RASPAGEM MECANICA DE ESTRADA	M2	709.300,00	1,73	2,25	R\$ 1.594.700,12
TOTAL COM BDI ==>							R\$ 7.622.607,00





LOTE 2. Extensão: 150,362 km							
REFERÊNCIA: SINAPI MA 12/24							
BDI: 29,31%							
ORÇAMENTO SINTÉTICO - RAMAIS							
ITEM	REF	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (SEM BDI)	PREÇO UNITÁRIO (COM BDI)	PREÇO TOTAL (R\$)
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 17.000,00
1.1	SINAPI 103.060	Piça de obra em obra de pavimentação, incluindo	M²	31,50	417,37	530,70	R\$ 17.000,00
2.0		ADMINISTRAÇÃO DA OBRA					R\$ 12.494,50
2.1	SINAPI 9.3507	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA FLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	60,00	60,25	115,41	R\$ 6.924,51
2.2	SINAPI 9.0770	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120,00	23,54	30,44	R\$ 3.652,87
2.3	SINAPI 100.260	VIGILÂNCIA DIÁRIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120,00	15,41	23,81	R\$ 2.857,42
3.0		RAMAIS DE ESTRADAS					R\$ 9.942.642,07
3		RABRAGEM DE RAMAIS DE ESTRADAS					R\$ 9.942.642,07
3.1	CPU-2	REGULARIZAÇÃO DE SUB-LEITO	M2	709.300,00	2,99	2,98	R\$ 2.096.570,28
3.2	CPU-1	RABRAGEM MECÂNICA DE ESTRADA	M2	709.300,00	2,01	2,60	R\$ 1.845.971,81
<b>TOTAL COM BDI ==&gt;</b>							<b>R\$ 3.872.977,00</b>

FLS. Nº 407  
PROC. Nº 040/2025  
LUBRICA: 10

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

O fornecimento dos serviços será realizado conforme necessidade da Administração, mediante **emissão de Ordem de Serviço**, respeitados os prazos, condições e especificações constantes na Ata e na proposta.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES**

O não cumprimento das obrigações previstas sujeitará a empresa às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive **advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública**, e declaração de inidoneidade.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO**

O registro de preços poderá ser cancelado de ofício ou mediante solicitação da empresa nas hipóteses previstas no art. 88 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA OITAVA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de **Floriano – PI**, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes desta Ata.

**E, por estarem assim acordadas, firmam a presente Ata de Registro de Preços em duas vias de igual teor e forma.**

Barão de Grajaú – MA, 06 de maio de 2025.

**Raylan Moreira da Fonseca**

Pregoeiro Oficial

Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú – MA

**JOSE INACIO CANTANHEDE SILVA JULIO**

Sócio Administrado

**SUPERAVIT EMPREENDIMENTOS LTDA**

Identificador: 1133-a7fd175b68e89ca3023df29fe18e0b86244d0328

RESENHA DE CONTRATO Nº 047-A/2025

**RESENHA DE CONTRATO**

RESENHA DE CONTRATO Nº 047-A/2025. PARTES: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ/MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA L P SOARES CARVALHO INSCRITA NO CNPJ: 07.376.368/0001-06. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ – MA. AMPARO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006. VALOR GLOBAL: R\$

590.064,15 (quinhentos e noventa mil, sessenta e quatro reais e quinze centavos). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses Manoel do Carmo Aires, CPF nº 328.080.543-00, Secretário Municipal de Administração. L P Soares Carvalho, Luis Pedro Soares Carvalho, CPF nº 957.197.683-00, Contratada. Barão De Grajaú - MA, 14 de Abril de 2025.

Identificador: 1133-3e4f06f95efeffbd76b219a00fe08a451f9c9106





130.361.493-68, Contratada. Barão De Grajaú - MA, 22 de Abril de 2025.

Identificador: 1133-61747e330dd0600ce0bd874a0d53cc29766bca00

## RESENHA DE CONTRATO Nº 054-C/2025

**RESENHA DE CONTRATO**

RESENHA DE CONTRATO N.º 054-C/2025. PARTES: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ/MA, ATRAVES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA PARATY ESPORTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA INSCRITA NO CNPJ: 45.690.263/0001-08. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ITENS DE ROUPARIA E AVIAMENTOS EM GERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ - MA. AMPARO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006. VALOR GLOBAL: R\$ 182.465,00 (cento e oitenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais). VIGÊNCIA: 07 (sete) meses. Fabricia Fernandes Barros , CPF nº 034.086.683-70, Secretária Municipal de Saúde Paraty Esporte Industria e Comercio LTDA, Dijalma Soares Lima, CPF nº 130.361.493-68, Contratada. Barão De Grajaú - MA, 22 de Abril de 2025.

Identificador: 1133-f943d5e7b28ea0b4f728a03322d0ce72759d14d1

## RESENHA DE CONTRATO Nº 054-D/2025

**RESENHA DE CONTRATO**

RESENHA DE CONTRATO N.º 054-D/2025. PARTES: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ/MA, ATRAVES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA PARATY ESPORTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA INSCRITA NO CNPJ: 45.690.263/0001-08. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ITENS DE ROUPARIA E AVIAMENTOS EM GERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ - MA. AMPARO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006. VALOR GLOBAL: R\$ 155.947,25 (cento e cinquenta e cinco mil, novecentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos). VIGÊNCIA: 07 (sete) meses. Edineuda Pereira da Silva, CPF nº 373.980.673-72, Secretária Municipal de Assistência Social. Paraty Esporte Industria e Comercio LTDA, Dijalma Soares Lima, CPF nº 130.361.493-68, Contratada. Barão De Grajaú - MA, 22 de Abril de 2025.

Identificador: 1133-037dc28e078c65e843e9b7c767b5f698d178669f

## RESENHA DE CONTRATO Nº 064/2025

**RESENHA DE CONTRATO**

RESENHA DE CONTRATO N.º 064/2025. PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ - MA, ATRAVEZ DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E A EMPRESA SUPERAVIT EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 48.623.239/0001-44. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DE ESTRADAS VICINAIS. AMPARO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021. VALOR GLOBAL: R\$ 7.622.607,00 (Sete milhões seiscentos e vinte e dois mil seiscentos e sete reais). VIGÊNCIA: 12 meses. Assinatura: José Nilton Pereira da Silva, CPF nº 693.485.963-49, Secretário Municipal de Infraestrutura, Contratante. JOSE INACIO CANTANHEDE SILVA JULIO, CPF nº 009.846.453-14, SUPERAVIT EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 48.623.239/0001-44, Contratada. Barão De Grajaú - MA, 13 de fevereiro de 2025.

Identificador: 1133-978392e7d0163eb3f15c6e6157711524ea7ddc69

FLS. Nº 468  
PROC. Nº 040/2025  
RUBRICA: JP